

Documento TCE-RJ: 27254-4/21

Prezado Senhor Glaucio Moreira Xavier

EMENTA: O art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011 e os arts. 4º, incisos IX e X, e 16 da Resolução TCE nº 275/13 asseguram a terceiros o acesso às informações contidas nos processos de controle externo somente após a tomada de decisão.

O seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, formulado diretamente na Coordenadoria de Gestão Documental - CGD em 14/07/2021, solicitando **“a cópia do Processo TCE nº 228.641-2/20, que se refere ao Edital de Concurso Público nº 01/2020, promovido pela Câmara Municipal de Mangaratiba, para o provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental”**, foi examinado e respondido pela Procuradoria Geral deste Tribunal de Contas no seguinte sentido:

- Trata o presente de solicitação de cópia do Processo, formulado por **pessoa que não figura como parte**, e para **processo ainda não submetido à Decisão Plenária**.

Como se sabe, **o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011 e os arts. 4º, incisos IX e X, e 16 da Resolução TCE nº 275/13 asseguram a terceiros o acesso às informações contidas nos processos de controle externo somente após a tomada de decisão.**

Confira-se:

“Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] § 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

Art. 4º É dever do Tribunal de Contas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso e no âmbito de suas competências, das informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão, devendo constar, no mínimo:

[...] IX – acesso on line ao inteiro teor dos processos em curso, até a última decisão monocrática ou colegiada, exceto se houver motivo para decretação do sigilo da sua íntegra ou de peças específicas;

X – resultados definitivos de inspeções, auditorias e tomadas de contas, após aprovação pelo colegiado;

Art. 16. O fornecimento de documentos relativos à atividade fim do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apenas ocorrerá após análise do Plenário do Tribunal.

A Ouvidoria do TCE-RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Ouvidoria do TCE-RJ